



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2023

CNPJ: 31.723.265/0001-41

ARQUIVO: BALANÇO PATRIMONIAL - BALPAT

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, administração direta, tem sua sede estabelecida à Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim – ES, CEP: 29.300-170, adota de acordo com a Constituição Federal, princípios de soberania popular e de representação, segundo os quais o poder político pertence ao povo e é exercido em nome deste por órgãos constitucionalmente definidos. As demonstrações apresentadas abrangem apenas o Poder Legislativo do Município de Cachoeiro de Itapemirim, portanto, não se refere a toda a Administração Pública Municipal.

2 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as regulamentações da Secretaria de Tesouro Nacional e demais disposições normativas vigentes.

3 - INFORMAÇÕES RELEVANTES NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL – BALPAT

A) Conforme regulamentação da STN e TCEES (IN nº 36/2016 TCEES e Instrução Técnica de Consulta nº 00060/2021-6 – TCEES) foram reconhecidas a totalidade das despesas com férias, 1/3 de férias, INSS, IPAJM e IPACI patronal incidentes sobre as mesmas no atributo “P”. Além do reconhecimento no referido atributo, os mencionados valores também foram reconhecidos no atributo “F”, ocasião que realizou-se o empenho, a liquidação e seu respectivo valor em caixa.

Assevera que esse procedimento é uma atitude de boa prática de gestão, tendo em vista não haver nenhuma determinação legal de obrigatoriedade de efetuar a execução orçamentária dos mesmos. A legislação determina o reconhecimento no atributo “P” e a Administração da

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Câmara Municipal, além de reconhecer no devido atributo, reconhece também no atributo “F”, realizando assim, o empenho, a liquidação e deixando os valores em caixa na ocasião de não realização do pagamento no exercício vigente.

B) O saldo na conta contábil de Ajustes de Exercícios Anteriores no valor credor de R\$ 2.438,79, é derivado dos seguintes lançamentos contábeis:

C – 1.1.3.8.1.16.00.000 Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores ----- R\$ 21.240,00 (Baixa de Direito a Receber);

D - 1.1.3.8.1.16.00.000 Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores ----- R\$ 18.801,21 (Atualização de Direito a Receber);

Obs.: Todos os ajustes estão subsidiados por constatações verificadas durante o exercício de 2023, por processos, cujos fatos ocorreram em exercícios anteriores. E todos os lançamentos de contrapartida foram realizados na **conta contábil 2.3.7.1.1.03.00.000 Ajustes de Exercícios Anteriores**.

Ressalta-se que tais lançamentos advém dos seguintes processos:

1_ Processo de ressarcimento de Pagamentos acima do Teto Constitucional em exercícios anteriores (Constatado através de Auditoria Interna) – Processo Administrativo nº 44/2017 (Protocolo Geral CMCI 64822/2017);

2 – Processo de atualização de saldo devedor - Memorando Administrativo nº 313/2023.

4 – BENS IMÓVEIS E RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2023

O prédio da Câmara está passando por uma reforma geral, com melhorias em todos os andares, com inclusão de banheiros acessíveis, acessibilidade para todo o prédio, adaptações para atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros, instalação de um elevador externo para atender pessoas idosas, portadores de necessidades especiais e demais públicos e outras melhorias em geral. Após o término da obra, será aberto processo para reavaliação do prédio, que, trará valorização considerável para o Imóvel da Câmara Municipal.

Vale destacar que no exercício de 2023 a Câmara de Cachoeiro devolveu aos cofres municipais o valor de R\$ 3.077.920,35, sendo R\$ 527.920,35 referente ao Superávit Orçamentário de 2022 e R\$ 2.550.000,00 referente a parte de Sobra Orçamentária de 2023.

Todos os investimentos de 2023, somados aos dois fatos acima relatados, contribuíram para o resultado deficitário de R\$ 68.442,09 no exercício de 2023.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



5 - PROCESSOS JUDICIAIS

Conforme consulta à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Cachoeiro, através do Protocolo nº 18.499/2023 sobre Processos Judiciais em aberto contra Câmara Municipal, destacamos:

Processo 0016880-45.2017.8.08.0011 – Aguardando cumprimento de prazos, trânsito em julgado (desde 12/11/2021). Ação Judicial que tem seu desembolso provável no exercício de 2024. O valor provável do referido processo, salvo adequações processuais, monta o valor de R\$ 350.658,93. Ressalta-se que o valor mencionado está empenhado (Restos a Pagar Não Processados) e com seu valor reservado.

Vale ressaltar que nas prestações de contas mensais enviadas ao TCE/ES, têm aparecido um ponto de controle mencionando o seguinte: “Existem Empenhos em Restos a Pagar não Processados cujo ano de emissão ocorreu há mais de um exercício financeiro. Devem ser apuradas as razões e/ou circunstâncias que fundamentam a permanência de RP Não Processados por mais de um exercício financeiro sem execução, tendo em vista uma possível depuração e correta identificação do passivo da unidade gestora, favorecendo uma gestão administrativa, fiscal e financeira transparente e responsável, uma vez que a manutenção de restos a pagar compromete a disponibilidade financeira e o planejamento governamental. Entretanto, ressaltamos orientações do TCEES, conforme IN 51/2019: “Ultrapassada a fase dos requisitos para a inscrição em restos a pagar não processados – disponibilidade financeira (art. 55, III, b, LRF) e prazo vigente para cumprimento da obrigação pelo credor – o cancelamento de restos a pagar não processados deverá ser feito com base nos critérios da oportunidade e da publicidade. O primeiro critério indica que somente após a análise do não cumprimento das obrigações, por quaisquer motivos, é que se promoverá o cancelamento das despesas inscritas em restos a pagar. O segundo critério indica a necessidade de se dar publicidade aos decretos de cancelamento, permitindo aos interessados exercerem o direito à defesa de seus interesses”.

Importante explicar que tal valor é justamente os Restos a Pagar Não Processados no valor total de R\$ 350.658,93 mencionado acima, e que terá seu pagamento e desembolso provavelmente no exercício de 2024, conforme procedimento judicial.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 19 de março de 2024.

Atenciosamente,

Brás Zagotto

Presidente

Rafael Macedo Batista

Contador – CRC/ES 016.165

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”